

XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28º

Encontro de Iniciação Científica da UENF

20º

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16ª

Jornada de Iniciação Científica da UFF



U III Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23ª

Mostra de Pós-Graduação da UENF

8ª

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8ª

Mostra de Pós-Graduação da UFF

O direito fundamental à moradia e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado em xeque: a situação das construções irregulares às margens do Rio Ururá em Campos dos Goytacazes-RJ.

Débora Silva Rodrigues, Marcos A. Pedlowski

Em Campos dos Goytacazes, a falta de moradias é uma das causas do crescimento de ocupações irregulares em locais ecologicamente sensíveis, tendo em vista que termina sendo a única alternativa que resta aos segmentos social e economicamente vulneráveis da população. Nesse sentido, o crescimento da cidade não tem sido acompanhado pela execução de políticas públicas efetivas, que possam assegurar o direito fundamental à moradia. Este fato se torna mais grave quando se considera a situação de populações periféricas e de baixa renda, que, como forma de terem o acesso à moradia, acabam se colocando em situações de risco. O risco geralmente se apresenta na forma da ocupação construções irregulares, sem o mínimo de estrutura urbana, o que acaba sendo agravado pela inoperância do poder público. O objetivo do presente trabalho é analisar a instrumentalização do discurso da “proteção ambiental” e a sua relação com o uso do solo no entorno de Áreas de Preservação Permanente por populações de baixa renda. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental. O objeto de estudo são as construções informais (rotuladas como irregulares) situadas às margens do Rio Ururá. A questão de estudo se refere à utilização do pretexto conveniente do “risco ambiental” para realizar a remoção de famílias sem a adoção de medidas que visem assegurar o direito à moradia, ou ainda a ausência de estudos prévios que viabilizem a manutenção das famílias em suas residências atuais. Na área de estudo existem aproximadamente 60 casas, muitas quase na calha do rio, sem o mínimo de infraestrutura urbana (e.g., inexistente uma rede coletora de esgoto). Por outro lado, no caso de ocupações vinculadas às classes média e alta, em outras regiões igualmente sensíveis da cidade de Campos dos Goytacazes, que igualmente ocasionam danos ambientais, o tratamento dado pelos agentes de atuação estatal é de tolerância ou mesmo de fomento. Desta forma, é que fica evidente que o uso do argumento de cessar a degradação ambiental causada pelas construções via a remoção dos segmentos pobres da população dos seus locais de moradia reflete uma opção por um modelo de urbanização segregada. Finalmente, é importante que o fato dessas ocupações não serem considerados núcleos urbanos formais, os torna excluídos do plano de ação de governo, o que acaba reforçando a justificativa de remoção como única alternativa, o que acaba na prática se constituindo em exemplo práticos de injustiça ambiental.

Palavras chaves: moradia, justiça ambiental, segregação espacial

Instituição do Programa de Pós-Graduação: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Eixo temático: Políticas Sociais.

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:



XU Congresso Fluminense de Iniciação Científica e Tecnológica

28º

Encontro de Iniciação Científica da UENF

20º

Circuito de Iniciação Científica do IFFluminense

16ª

Jornada de Iniciação Científica da UFF



UIII Congresso Fluminense de Pós-Graduação

23ª

Mostra de Pós-Graduação da UENF

8ª

Mostra de Pós-Graduação do IFFluminense

8ª

Mostra de Pós-Graduação da UFF

The fundamental right to housing and an ecologically balanced environment in check: the situation of irregular buildings on the banks of the Ururáí River in Campos dos Goytacazes-RJ

Débora Silva Rodrigues, Marcos A. Pedlowski

In Campos dos Goytacazes, the lack of housing is one of the causes of the growth of irregular occupations in ecologically sensitive places, considering that it ends up being the only alternative left to the socially and economically vulnerable segments of the population. In this sense, the growth of the city has not been accompanied by the execution of effective public policies that can guarantee the fundamental right to housing. This fact becomes more serious when one considers the situation of peripheral and low-income populations, who, as a way of having access to housing, end up putting themselves at risk. The risk usually presents itself in the form of occupation of irregular buildings, without the minimum of urban structure, which ends up being aggravated by the ineffectiveness of the public power. The objective of the present work is to analyze the instrumentalization of the discourse of "environmental protection" and its relation with the use of the land in the vicinity of Permanent Preservation Areas by low-income populations. The methodology used was bibliographical and documentary research. The object of study are the informal constructions (labeled as irregular) located on the banks of the Ururai River. The question of study refers to the use of the convenient pretext of "environmental risk" to carry out the removal of families without the adoption of measures that aim to guarantee the right to housing, or even the absence of previous studies that enable the maintenance of families in their current residences. In the study area there are approximately 60 houses, many almost on the river channel, without the minimum of urban infrastructure (e.g., there is no sewage collection network). On the other hand, in the case of occupations linked to the middle and upper classes, in other regions equally sensitive in the city of Campos dos Goytacazes, which also cause environmental damage, the treatment given by the agents of state action is one of tolerance or even promotion. In this way, it is evident that the use of the argument of ceasing the environmental degradation caused by constructions via the removal of poor segments of the population from their dwelling places reflects an option for a model of segregated urbanization. Finally, it is important that the fact that these occupations are not considered formal urban centers, makes them excluded from the government action plan, which ends up reinforcing the justification of removal as the only alternative, which in practice ends up constituting a practical example of environmental injustice.

Keywords: housing, environmental justice, spatial segregation

Instituição do Programa de Pós-Graduação: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

Eixo temático: Social Politics

ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO:



APOIO:

